

1. OBJETIVO DO MANUAL

Sistematizar o processo de <u>Concessão de Aposentadoria por incapacidade permanente</u> do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Criciúma - CRICIUMAPREV.

2. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

I- Leis e Regulamentos Federais:

- a- Artigo 40 da Constituição Federal: que dispõe sobre a concessão de benefícios previdenciários ao servidor público.
- b- Emenda Constitucional Nº 41/2003: que dispõe sobre direito adquirido;
- c- Emendas Constitucionais Nº 20/1998, 41/2003, 47/2005: que dispõe sobre regras de transição;
- d- Instrução Normativa N. TC-23/2016: Altera a Instrução Normativa n. TC-11/2011, que dispõe sobre a remessa, por meio eletrônico, de informações e documentos necessários ao exame da legalidade de atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma, transferência para a reserva e pensão, ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e dá outras disposições sobre o tema.

II- Leis e Regulamentos Municipais:

- e- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
- f- Lei Complementar Municipal nº 019/2001: Cria o instituto municipal de seguridade social dos servidores públicos de criciúma.
- g- Lei Complementar Municipal nº 053/2007: Reestrutura o regimento próprio de previdência social do município de Criciúma e dá outras providências.
- h- Lei Complementar Municipal nº381/2021: Institui a Reforma da Previdência no Município de Criciúma e dá outras providências

3. RESPONSABILIDADES

Quem participa	Responsabilidades	
Diretor e Prefeito	Assina ato de concessão	
Gestor de Benefícios	Analisa o processo e defere/indefere o benefício requerido	

Aprovado por:	DARCI ANTONIO FILHO Diretor-presidente	Em:01/05/2025
---------------	-------------------------------------------	---------------



Gestor Jurídico	Emitir parecer, somente caso solicitado	
Gestor Financeiro	Lançamento na folha de pagamento	
Protocolo	Realiza o atendimento	

4. DETALHAMENTO DO PROCESSO

Etapa		Atividade	Responsável	D	etalhamento
1	ser subm	atestado médico para etido a avaliação pela erícia Médica.	Servidor	 Cabe ao servidor, ou a seu representante legal, dar entrada no pedido de aposentadoria por invalidez, ante o poder público municipal. 	
2		pedido de Benefício e Itada de documentos	Protocolo	-O poder público municipal, por meio do setor de protocolo, recebe o pedido de benefício e abre procedimento interno, para levantamento dos documentos necessários em cada caso.	
3	_	r os Exames junto a Perícia Médica	Junta Médica	-Exame agendado na própria junta.	
4	Realiza	r os exames exigidos	Junta Médica	-Os exames necessários à comprovação da moléstia ou doença que ensejou o pedido de benefício são realizados pela junta médica do município. O mesmo vale para o auxílio-doença.	
5		Analisar a ntação apresentada	Setor de Benefícios	-Uma vez realizada a juntada de documentos, o setor de benefícios análisa o cumprimento ou não dos requisitos, conforme legislação vigente. Cumpridos os requisitos, o processo é encamiinhado ao setor jurídico.	
6		ar a documentação análise formal)	Setor Jurídico	−Análise da documentação propriamente dita, se cada peça e cada documento atende ao formato legal exigido e a sua função.	
7	Emitir e e	ncaminhar parecer do processo	Setor Jurídico	– Setor jurídico remete a análise documental à diretoria executiva.	
8	Juntar documentação e fazer cálculo de pagamento do processo		Setor de Beneficios	-Uma vez aprovado o parecer pela diretoria executiva, são realizados os cálculos do benefício, observando a incorporação das vantagens pessoais referentes a cada caso, ou outros detalhes legais. Os cálculos podem ser realizados com a ajuda de programas específicos e/ou de empresas especializadas em cálculo previdenciário.	
Aprov	ovado por.		DARCI ANTONIO FILHO Diretor-presidente		Em:01/05/2025



9	Emitir e assinar ato	Diretor-presidente e Prefeito	Emite e assina o ato que concede o benefício. O decreto que materializa o ato é emitido pelo chefe do poder executivo.
10	Incluir aposentado na Folha de Pagamento	Setor Financeiro, Contábil e de Recursos Humanos.	-O segurado, uma vez adquirido o direito ao benefício, é colocado na folha de pagamento, incorporando-se às despesas financeiras e atuariais permanentes do instituto
11	Publicar Ato no DOM e arquivar	Apoio Adm	-O poder municipal torna público o ato de concessão de benefício, por meio do diário oficial do município.
12	Envio do processo ao TCE/SC	Setor de Benefícios	-Envio do processo as controple externo. O envio obedece aos dispositivos normativos (portarias e instruções) que definem os documentos necessários e as formas de envio.



5. FLUXOGRAMA DO PROCESSO



